

## PARECER JURÍDICO

DIREITO CONSTITUCIONAL – PROJETO DE  
LEI Nº 22/2021 – DEVOLUÇÃO DE RECURSOS  
DO FUNDEB – USO IRREGULAR –  
ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR – POSSIBILIDADE.

### **I - DO RELATÓRIO**

A Câmara Municipal de Iturama - MG, por meio de seu Advogado, Dr. David Tribioli Corrêa, requereu a esta Assessoria Jurídica Especializada a análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 22, de 22 de abril de 2021 que “autoriza o parcelamento de devolução de recursos do FUNDEB do exercício de 2019, dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação e contém outras providências”.

Apresentado o tema, este será analisado em conformidade com o ordenamento jurídico e Jurisprudência pátrias, de forma a esclarecer as questões propostas, abordando os principais aspectos que permeiam a interpretação dos temas, em conformidade ao atual entendimento jurisprudencial.

A solicitação do serviço veio acompanhada de cópias do Projeto de Lei nº 22/2021 e da mensagem nº 22/2021.

É o relatório, passa-se a análise jurídica do tema.

### **II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Inicialmente, insta destacar que este questionamento busca trazer esclarecimentos acerca da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 22, de 20 de abril de 2021

para que, diante do reconhecimento do gasto indevido de recursos do FUNDEB no exercício de 2019, seja o montante devolvido de forma parcelada, bem como aberto crédito adicional suplementar. Para tanto, cumpre transcrever a Proposta a ser analisada:

**PROJETO DE LEI Nº 22 DE 20 DE ABRIL DE 2021.**

“Autoriza o parcelamento de devolução dos recursos do FUNDEB do exercício de 2019, dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação e contém outras providências.”

O povo do Município de Iturama, por seus representantes, APROVOU e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar, em 9 (nove) vezes, a devolução de recursos do FUNDEB aplicados indevidamente no exercício de 2019, em nove parcelas mensais e sucessivas, de abril a dezembro do exercício corrente, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 134.759,72 (cento e trinta quatro mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos) e mais 8 parcelas de R\$ 134.759,67 (cento e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos), totalizando R\$ 1.212.837,08 (um milhão, duzentos e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e oito centavos);

Art. 2º. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar na seguinte classificação orçamentária: 02.05.03-04.123.0011.2.0017-3.3.90.93.00.00 — Ficha 73 - Fonte 01.0000.0500.0500 — Indenizações e Restituições Valor: R\$ 1.212.837,08 (um Milhão, duzentos e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e oito centavos);

Art. 3º - Como fonte de Recursos para a abertura do crédito adicional suplementar, será utilizada a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária: 02.05.03-99.999.9999.9.0999-9.9.99.99.00.00 — Ficha 78 — Fonte — 01.0000.0500.0500 - Reserva de Contingência Valor: R\$ 1.212.837,08 (um milhão, duzentos e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e oito centavos);



Art. 4º. — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a suplementação ou alteração entre fontes de recursos distintas, e abrir aquelas que se fizerem necessárias, sejam nas dotações orçamentárias ou nas contas bancárias, transferindo Recursos Ordinários para as fontes de recursos vinculadas do FUNDEB, para a consecução do objeto da presente lei;

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Iturama, 20 de abril de 2021.

CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS  
Prefeito do Município de Iturama/MG

Ao examinar a constitucionalidade, legalidade e viabilidade de determinado Projeto de Lei, deve-se ater a dois aspectos, quais sejam: o material e o formal. O aspecto formal diz respeito ao devido processo legislativo, incidindo sobre a vigência da lei, ao passo que o aspecto material compreende o conteúdo da norma, refletindo na sua validade.

3

Portanto, para melhor análise da propositura apresentada, impõe-se o exame de sua constitucionalidade, legalidade e viabilidade de maneira apartada.

### **A) DO ASPECTO FORMAL DO PROJETO DE LEI**

A legalidade em seu aspecto formal compreende todo o aparato político-normativo para a produção de leis, denominado processo legislativo. Tal processo abrange os seguintes temas: a competência legislativa para tratar sobre o tema, a iniciativa para a deflagração da propositura, o rito para sua tramitação e o quórum para sua aprovação.

Assim sendo, precipuamente, importante esclarecer que a Constituição Federal, em seu art. 2º, definiu que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Esta divisão faz-se presente nas três esferas de governo, sendo o

na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas condições e procedimentos previstos.

Dentro dessas condições, está prevista a distribuição dos recursos por intermédio da instituição, no âmbito estadual ou distrital, de um fundo contábil, qual seja o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme art. 212-A, inciso I da Constituição.

Especificamente sobre o Fundeb, é importante esclarecer que a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) definiu de que forma podem ser gastos os seus recursos pelos seus beneficiários. Em seu art. 70, inciso II, é disposto que as despesas de manutenção e desenvolvimento - passíveis de aplicação dos recursos do Fundeb - contemplam a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino.

6

Lado outro, no art. 71, inciso V, a referida Lei dispõe que não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento aquelas realizadas com obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.

A fim de elucidar quais situações específicas se encaixam nos dispositivos acima para que saibamos se o recurso do Fundeb foi gasto de forma regular ou não, foi elaborado pelo Ministério da Educação o “Manual de Orientação do Fundeb” que dispõe que o inciso II do art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 refere-se à:

Aquisição de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios, destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino;  
Ampliação, conclusão e construção de prédios, poços, muros e quadras de esportes nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino;  
Aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema da educação básica pública (ex.: carteiras e cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores, televisores, antenas, etc.);



Manutenção dos equipamentos existentes (ex.: máquinas, móveis, equipamentos eletroeletrônicos, etc.), seja mediante aquisição de produtos/serviços necessários ao funcionamento desses equipamentos (ex.: tintas, graxas, óleos, energia elétrica, etc.), seja mediante a realização de consertos diversos (ex.: reparos, recuperações, reformas, reposição de peças, revisões, etc.); e

Reforma, total ou parcial, de instalações físicas (ex.: rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura, cobertura, pisos, muros, grades etc.) do sistema da educação básica<sup>2</sup>.

De igual modo, o Manual de Orientação também elaborou situações, nas quais não se configuram despesas de manutenção e desenvolvimento, em especial aquela do art. 71, inciso V, já mencionada.

Pavimentação, pontes, viadutos ou melhoria de vias, para acesso à escola;  
Implantação ou pagamento da iluminação dos logradouros públicos no trajeto até a escola; e  
Implantação da rede de água e esgoto do bairro onde se localiza a escola<sup>3</sup>.

Posto isso, passemos à análise concreta do caso em epígrafe.

7

Na sua mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei nº 22/2021 à Câmara Municipal, o atual Prefeito Municipal reconhece que foi feita aplicação indevida dos recursos do FUNDEB no exercício de 2019 pela gestão anterior, demonstrando conhecimento da necessidade de restituição da quantia aos cofres públicos, em especial à conta específica do FUNDEB, que tem recursos vinculados.

No caso, não existem elementos nos autos para fins de apuração se houve desvio de objeto dos recursos do Fundeb, mas o certo é que contábil e financeiramente houve desvirtuamento da finalidade, já que os recursos específicos e vinculados não foram despendidos nas dotações permitidas pela Lei Federal do FUNDEB o que leva, inevitavelmente, à necessidade de adequação, para que não haja prejuízos ulteriores ao

<sup>2</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDEB: Manual de Orientação. Brasília, 2021, p. 44. Disponível em < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf> > Acesso em 06/04/2021.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 47.

exercício de 2019, necessária é a abertura de créditos adicionais suplementares para reforçar a dotação orçamentária e evitar prejuízos aos cofres públicos.

É o parecer, s. m. j.

De Uberlândia/MG para Iturama/MG, 29 de abril de 2021.

**Daniel Ricardo Davi Sousa**

**OAB/MG 94.229**

ROBERTA CATARINA GIACOMO  
Assinado de forma digital por  
ROBERTA CATARINA GIACOMO  
Dados: 2021.04.30 09:19:08  
-03'00'

**Roberta Catarina Giacomo**

**OAB/MG 120.513**

**Haiala Alberto Oliveira**

**OAB/MG 98.420**

**Gustavo Brito Rabelo**

**OAB/MG 204.336**